

# LEGISLAÇÃO NO DESENHO DE PAISAGENS: UMA LEITURA DA RUA DA AURORA NO RECIFE A PARTIR DA PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

## LEGISLATION IN LANDSCAPE DESIGN: A READING OF RUA DA AURORA IN RECIFE FROM THE HISTORIC URBAN LANDSCAPE

*Milena Torres de Melo Silva*  
*Ana Rita Sá Carneiro*

### RESUMO

O presente artigo discute a ação da legislação no desenho de paisagens a partir do caso da Rua da Aurora, uma das frentes d'água do centro histórico da cidade do Recife, sob a ótica da Paisagem Urbana Histórica associada ao conceito de palimpsesto. Com base na investigação histórica e documental de legislações, mapas cartográficos e fotografias, faz-se uma leitura de quatro tempos dessa paisagem: (i) Tempo 1: o início dos aterros e a consolidação da Rua da Aurora; (ii) Tempo 2: a fase das modernizações; (iii) Tempo 3: o período preservacionista e (iv) Tempo 4: a época dos arranha-céus. A análise das legislações municipais e estaduais nesses quatro tempos históricos permitiu compreender o papel que essas normativas tiveram como impulsionadoras e guias das modificações e consolidações, revelando desenhos de paisagem na Rua da Aurora.

Palavras-Chave: Paisagem. Palimpsesto. Paisagem Urbana Histórica. Rua da Aurora.

### ABSTRACT

This article discusses the action of legislation in the design of landscapes from the case of Rua da Aurora, one of the waterfronts in the historic center of Recife, from the perspective of the Historic Urban Landscape associated with the concept of palimpsest. Based on historical and documental investigation of legislations, cartographic maps, and photographs, a four-stage reading of this landscape is made: (i) Time 1: the beginning of the landfills and the consolidation of Rua da Aurora; (ii) Time 2: the modernization phase; (iii) Time 3: the preservation period, and (iv) Time 4: the time of the skyscrapers. The analysis of the municipal and state legislations in these four historical times allowed us to understand the role of these regulations as drivers and guides for the modifications and consolidations, revealing landscape designs in Rua da Aurora.

Keywords: Landscape. Palimpsest. Historic Urban Landscape. Rua da Aurora.



<https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2022.191619>

Paisag. Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 33, n. 49, 2022.

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia de paisagem no mundo ocidental está, em geral, vinculada ao Renascimento, por meio da pintura, quando a natureza se dissociava da arte sacra, contemporânea ao desenvolvimento da técnica da perspectiva. Alguns autores indicam que foi apenas o gênero artístico de paisagem que despontou com o Renascimento, pois como conceito ela já existia, associada ao termo germânico *landschaft*, que se refere à noção de território e ao âmbito geográfico e político (VIEIRA, 2019). No decorrer dos anos, a paisagem se estabeleceu em diferentes campos de estudo, o que lhe propiciou múltiplas concepções acerca de seu significado.

Partindo da compreensão de que os seres vivem relacionados ao mundo físico ou entre si, em uma contínua interação entre sujeito e objeto, o geógrafo Augustin Berque (2013) trata da noção de paisagem como uma entidade relacional que possui uma conexão particular com as condições específicas de um determinado ambiente. Assim, a compreensão de paisagem decorre da relação do ser humano com o meio ambiente, de modo físico e simbólico, ultrapassando o que se vê, envolvendo os demais sentidos e despertando o espírito e a imaginação (SÁ CARNEIRO; SILVA, 2012).

Ao considerar que a paisagem está em constante movimento, o filósofo Jean-Marc Besse (2014) a caracteriza como uma totalidade dinâmica e evolutiva que é atravessada por diferentes fluxos, não se limitando aos elementos naturais ou humanos que a compõem. A paisagem superou o tempo em que sua definição como panorama natural era suficiente e encontra-se numa relação mais complexa, em uma nova perspectiva no campo do projeto urbano e de concepção das cidades (BESSE, 2014). Para o autor, a paisagem é como uma obra; já a terra e os elementos naturais são os materiais por meio dos quais o homem lhe dá a forma – a qual varia de acordo com os valores culturais que evoluem no tempo e no espaço, visto que a organização espacial da paisagem simboliza as tradições e os valores de uma sociedade. Compreendendo-a como relacional e dinâmica, a paisagem é intrínseca às modificações do tempo.

No âmbito internacional, a paisagem adquiriu grande notabilidade, especialmente a partir da institucionalização da Paisagem Cultural

pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Dentre as atuais discussões, tem-se a Paisagem Urbana Histórica (PUH), que adveio do *Memorandum* de Viena (UNESCO, 2005), elaborada com o intuito de se tornar uma nova abordagem no campo da conservação urbana, diante de um cenário de aumento das expansões e da verticalização nas cidades e da insuficiência de parâmetros adequados que pudessem salvaguardar a identidade e o caráter das paisagens urbanas.

As teorias contemporâneas da conservação urbana se respaldam no valor histórico do tecido urbano, por meio da interpretação do complexo processo de sobreposição de camadas que levou à estrutura atual (BANDARIN; OERS, 2014), o que é destacado pela PUH. Com isso, o patrimônio construído se associa a diferentes estilos e temporalidades, apresentando-se como um mosaico (GOMES, 2013). Nesse contexto, Secchi (2006) e Huyssen (2003) associam o território a um palimpsesto que é escrito, apagado e redesenhado por cada geração. Como indica Besse (2014, p. 58), “O solo não é uma simples superfície plana que se oferece à ação, mas confronta a ação a um conjunto mais ou menos denso de marcas, de pegadas, de dobras e de resistências que a ação deve levar em conta. Os locais têm memória, por assim dizer”. Nesse âmbito, a paisagem, também entendida como território, pode ser apreendida como palimpsesto.

Diante disso, compreende-se que as paisagens das cidades se encontram em um contínuo processo de construção. Considerando as dinâmicas urbanas às quais estão subordinadas, parte-se da premissa de que as legislações desempenham um significativo papel no desenho e no redesenho de paisagens, podendo favorecer, ou não, sua conservação.

Tem-se como objeto de estudo a Rua da Aurora, no Recife. Situada às margens do rio Capibaribe, é uma paisagem que representa a cidade, um dos cartões-postais mais reconhecidos. O conjunto urbano desta frente d’água é bastante diversificado, expressando diferentes tempos históricos. Diante disso, questiona-se: em que medida o desenho da paisagem da Rua da Aurora, em sua temporalidade, reflete a aplicação de legislações em diferentes instâncias institucionais e em diferentes períodos históricos?

O objetivo deste artigo é verificar a atuação da legislação no desenho da Rua da Aurora ao longo dos anos, recorrendo à abordagem da Paisagem Urbana Histórica e ao conceito de palimpsesto para a interpretação da paisagem. Para tanto, considerando as diferentes temporalidades na construção da paisagem, e com base em pesquisas bibliográficas e documentais de legislações, mapas cartográficos e fotografias, foi possível identificar quatro tempos para a compreensão dessa paisagem, os quais se revelaram essenciais para apreensão de sua história e das principais modificações desencadeadas: Tempo 1: o início dos aterros e a consolidação da Rua da Aurora (século XIX até, aproximadamente, a década de 1940); Tempo 2: a fase das modernizações (1944 a 1980); Tempo 3: o período preservacionista (de 1979 a 1985); e Tempo 4: a época dos arranha-céus (2008 a 2020).

## 2. ENTRE PAISAGEM URBANA HISTÓRICA E PALIMPSESTO

A partir do século XX, com a expansão do campo de estudo da paisagem, as primeiras iniciativas de proteção começaram a ser instituídas. Em 1992, a Unesco oficializou a Paisagem Cultural como categoria do Patrimônio Histórico-Cultural Mundial. Isto propiciou, segundo Veras (2014), uma abertura para inserção da paisagem urbana no campo do patrimônio.

Desde os anos 1990, os centros urbanos vêm sendo marcados pela expansão e, especialmente, pelo crescimento vertical. Como consequência, houve um aumento de construções no entorno de monumentos e áreas históricas, ameaçando a proteção do patrimônio cultural e a identidade das paisagens urbanas. São exemplos disso o projeto *Wien-Mitte*, em Viena, e o *Pankrác Plain*, no centro histórico de Praga (UNESCO, 2013). Diante de um contexto de crescentes dinâmicas urbanas e de conflitos entre desenvolvimento e conservação do patrimônio urbano, havia a necessidade de uma abordagem integrada e atualizada, que fortalecesse os conceitos de história e paisagem.

Em resposta a esse cenário, foi introduzida a discussão da Paisagem Urbana Histórica (PUH) em 2005, por meio do *Memorandum* de Viena, resultado da Convenção Internacional sobre o Patrimônio

Mundial e Arquitetura Contemporânea (UNESCO, 2005). Esperava-se que o Memorando se tornasse um documento-chave para uma integração entre arquitetura, desenvolvimento urbano sustentável e integridade, tendo como base os padrões históricos preexistentes (UNESCO, 2005). Assim, a PUH tinha o intuito de ir além dos termos tradicionais, como conjunto e entorno, a fim de englobar, de modo mais amplo, as características e os valores dos elementos da estrutura urbana.

Depois de uma série de encontros e discussões iniciadas após 2005, foi publicada, em 2011, a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011), a qual indica uma abordagem paisagística para identificação, conservação e gestão das áreas históricas que leva em consideração as relações entre as formas físicas e naturais, organização espacial, valores sociais e culturais, e, especialmente, a natureza dinâmica das cidades.

Uma abordagem sob a ótica da PUH é inerente a um relacionamento sustentável entre o meio ambiente urbano e natural, assim como entre o legado das gerações passadas, presentes e futuras (UNESCO, 2011). Como instrumento, a PUH estaria apta a integrar as políticas e práticas de conservação dos conjuntos urbanos, com o objetivo de definir princípios operativos necessários para garantir um modelo de conservação urbana que respeite os valores e as tradições dos diferentes ambientes culturais (BANDARIN; OERS, 2014).

A PUH é reconhecida como uma abordagem própria, ou como definição de uma nova forma de compreender as cidades. Nesta última, ressalta-se a natureza palimpséstica do território (SILVA, 2020), na qual suas diferentes camadas são compreendidas como uma riqueza que deve ser reconhecida:

Como **abordagem**, fornece a base para a integração da conservação urbana dentro de um quadro geral de desenvolvimento sustentável através da aplicação de uma gama de ferramentas tradicionais e inovadoras adaptadas aos contextos locais.

Como **definição**, expande a nossa compreensão do ambiente histórico, ajudando-nos a identificar os elementos complexos que tornam as nossas cidades distintas e

criam o seu sentido de lugar e identidade. Essas camadas constituem uma riqueza que precisa ser reconhecida e aprimorada nas estratégias de conservação e desenvolvimento da cidade (UNESCO, 2016, p. 11, tradução nossa, grifo nosso).

Nesse âmbito, Bandarin e Oers (2014) apontam que a paisagem urbana se caracteriza por sua historicidade e, por isso, compreendê-la como histórica é o que permitiu o acúmulo de diferentes significados e formas no tempo. E “reconhecer a necessidade de gerenciar a paisagem urbana como um palimpsesto, exigiu o desenvolvimento de ferramentas analíticas adequadas, baseadas na compreensão desse complexo processo morfológico” (BANDARIN; OERS, 2014, p.66-67).

4 A PUH passa a atuar como uma possível ferramenta que traz como princípio a compreensão das camadas históricas do território, o qual possui uma espessura material e simbólica. Como aponta Besse (2014, p. 58), é “uma construção histórica, que traz toda uma superposição de passados, e que é, ao mesmo tempo, uma reserva para energias futuras. Em outros termos, o recurso à paisagem reflete a conscientização do fato de que o espaço não é uma página em branco, assemelhando-se mais a um palimpsesto”.

Huysen (2003) defende que, apesar da metáfora do palimpsesto estar ligada à escrita, também é válida para discutir as configurações dos espaços urbanos e seus desdobramentos no tempo. Ler um território como palimpsesto significa respeitar a materialidade fundamental das edificações existentes, assim como as tradições formais dos diferentes campos da memória (HUYSEN, 2003). Como resultado da sobreposição das marcas dos tempos históricos, muitas vezes tem-se uma configuração complexa de diferentes elementos.

Ante o exposto, analisar a Rua da Aurora a partir da Paisagem Urbana Histórica consistiu em compreendê-la como uma unidade de paisagem, na qual se pôde revelar camadas históricas, isto é, as diferentes temporalidades desse palimpsesto, traduzidas a partir de relações pretéritas, que deixaram suas marcas no desenho dessa paisagem tão reconhecida no imaginário urbano recifense.

### 3. A RUA DA AURORA

Em sua estreita conexão com as águas, o Recife é moldado por importantes frentes d’água, dentre as quais está a Rua da Aurora, localizada às margens do rio Capibaribe, uma das mais significativas do centro histórico. Com 2,2km de extensão, ela está situada entre os bairros da Boa Vista e Santo Amaro, entre as pontes da Boa Vista e do Limoeiro (figura 1). Além de contemplada pelo rio, a Rua da Aurora se destaca pelos sobrados e casarões do século XIX: “Da Rua da Aurora já se disse que é tão importante para a paisagem urbana e social, essa rua que é das mais registradas na iconografia da cidade” (FUNDARPE, 1983). Constitui, assim, uma das paisagens mais representativas da cidade e um dos cartões-postais mais emblemáticos (figura 2).

A Rua da Aurora foi declamada por muitos poetas, como Carlos Moreira, que a indicou como a rua mais característica do Recife: “a Rua da Aurora talvez a mais recifense das ruas, o Capibaribe a corteja guardando na sua tez as mais belas formas suas” (FRAGOSO, 1967). Há uma relação de complementaridade entre os elementos naturais e os construídos, onde o rio emoldura a paisagem que abarca as pontes e reflete sua silhueta histórica.

Contudo, ao se afastar da Rua da Aurora poética, reconhecida pelo recorte homogêneo do casario, e passando a observá-la de modo contínuo, percebe-se uma paisagem heterogênea. Além do casario, compõem essa paisagem os edifícios modernos do século XX, os prédios verticais do século XXI, as pontes, a vegetação de mangue, presente em alguns trechos de sua borda, e os *Flamboyants*, que, localizados na margem oposta, na rua do Sol, emolduram o casario nas fotografias e cartões-postais (VERAS, 2014).

O conjunto edificado da Rua da Aurora revela os distintos períodos de ocupação pelos quais atravessou (figura 3), expressando o que Besse (2014) indica sobre a paisagem não ser simplesmente um conjunto de espaços organizados, mas uma sucessão de rastros e pegadas que se superpõem no solo. Assim, pode-se indicar que a paisagem da Rua da Aurora historicamente se constrói como um palimpsesto, no qual cada período deixa sua marca.

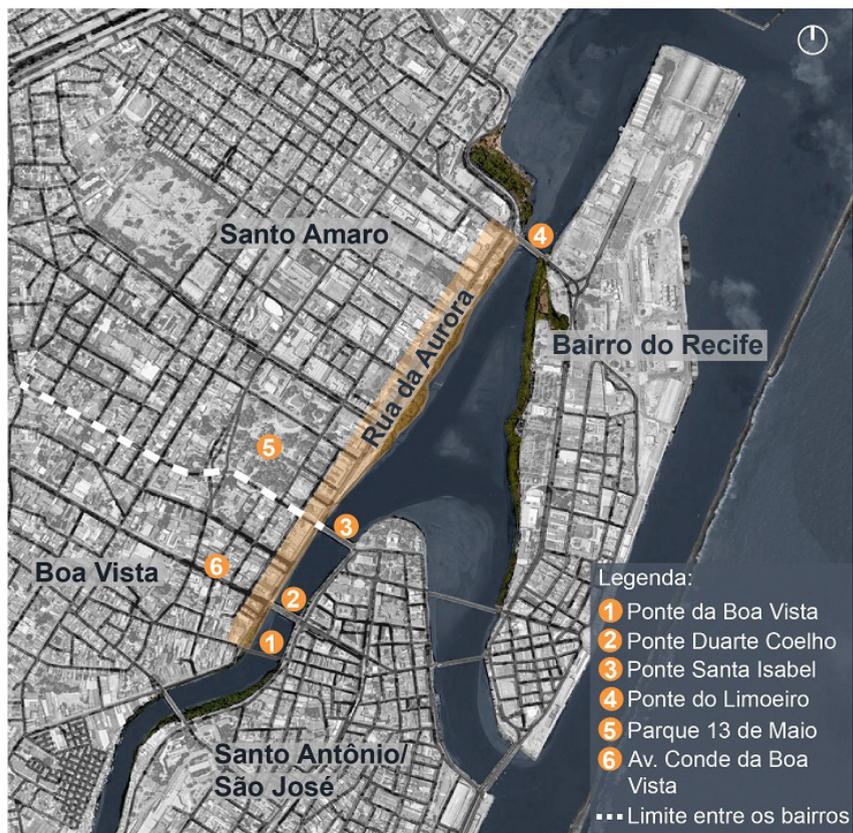


Figura 1 – Localização da Rua da Aurora.  
 Fonte: Mapa produzido sobre imagem do *Google Earth*, 2019, pela autora.

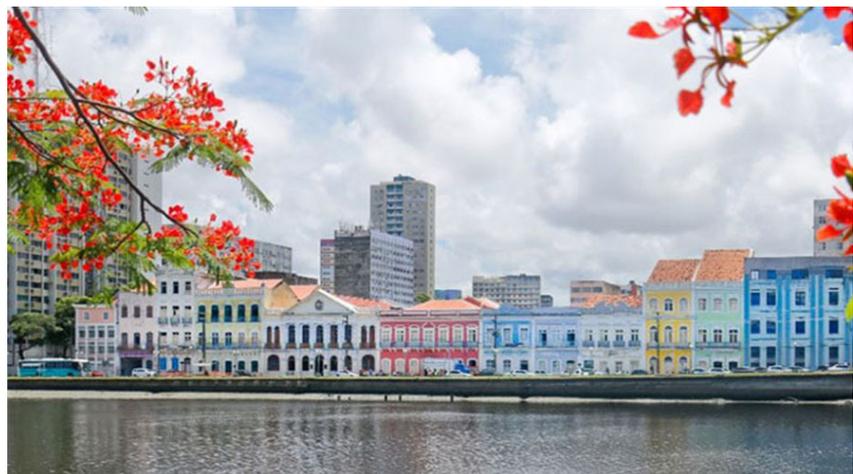


Figura 2 – Rua da Aurora e *Flamboyants*.  
 Fonte: De Souza, 2019

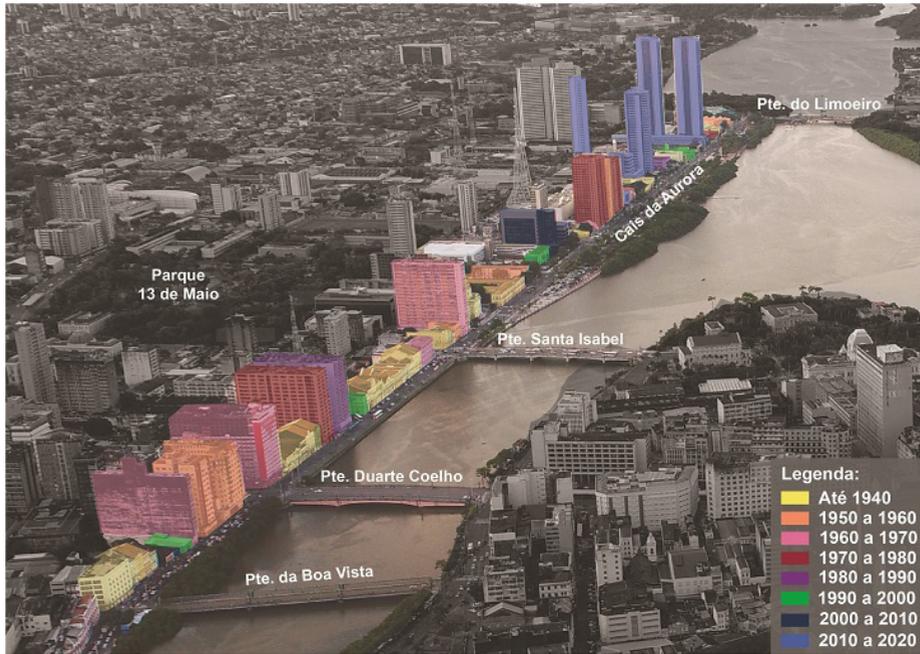


Figura 3 – Os tempos construtivos na Rua da Aurora.  
 Fonte: Berg Alves, 2019, acervo pessoal Andresa Santana, modificado pela autora.

6

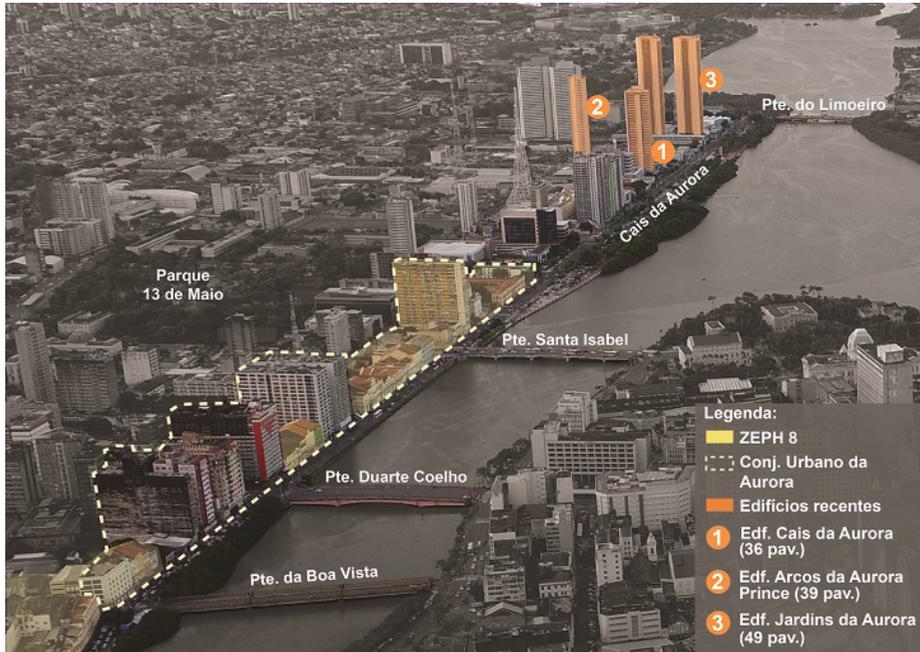


Figura 4 – O trecho preservado e os novos prédios na Rua da Aurora.  
 Fonte: Berg Alves, 2019, acervo pessoal Andresa Santana, modificado pela autora.

Há também uma superposição de legislações que, ao longo dos anos, interferiram no desenho da paisagem. Hoje, nas proximidades do bairro da Boa Vista, a Rua da Aurora possui alguns trechos de Zonas Especiais de Preservação Histórico-Cultural (Zeph), assim como um trecho tombado a nível estadual, o Conjunto Urbano da Aurora. Já nas imediações do bairro de Santo Amaro, tem-se a presença de prédios de construção recente, que chegam a 49 pavimentos (figura 4). Este contraste revela uma contradição entre as diretrizes legislativas, ao mesmo tempo em que preservam um determinado segmento, também impulsionam um tipo de ocupação bastante dissonante, que se distancia da história e da essência da Rua da Aurora.

### 3.1. TEMPO 1: O INÍCIO DOS ATERROS E A CONSOLIDAÇÃO DA RUA DA AURORA

Originalmente, o local da Rua da Aurora era formado por terrenos alagadiços, que começaram a ser aterrados no início do século XIX, quando foi aforado ao comerciante Casimiro Antônio de Medeiros 140 palmos de um terreno alagado próximo da antiga ponte da Boa Vista (ROCHA, 1967). A área ficou conhecida como Pântano do Casimiro e, com o início dos aterros, as primeiras construções foram erguidas nesse território.

Em 1829, o primeiro segmento desse novo arruamento chegava até a Rua Formosa (figura 5), atual Av. Conde da Boa Vista (CAVALCANTI, 2015). Nesse trecho, além de residências, foi instalada a Fundação D'Aurora, pela companhia inglesa *Harrington e Starr*, responsável por produzir o primeiro maquinismo a vapor para engenho de açúcar da América do Sul (FUNDARPE, 1983). Ao lado da Fundação, finalizando o segmento, foi edificada, em 1838, a *Holly Trinity Church*, conhecida como igreja dos ingleses, que marcou essa paisagem por mais de um século.

O segundo trecho desenvolvido está atrelado ao aterro de 1840, que, em continuidade ao anterior, passou a delinear essa borda do Capibaribe, entre as ruas Formosa e Riachuelo (figura 6). O início da ocupação foi marcado pela construção de um casarão de esquina e de quatro sobrados contíguos, obras de Francisco Antônio Oliveira,

Barão de Beberibe. Outras construções se destacam, como o Clube Internacional do Recife, de 1885, e a Loja Maçônica, de 1860, onde funcionou a sede da sociedade. Após este trecho, desaguava uma camboa que formava uma ilha denominada de Ilha dos Ratos (CAVALCANTI, 2016).

Para Rocha (1967), foi a partir do segundo segmento da Rua da Aurora que começaram a se instalar os belos palacetes da nobreza pernambucana, configurando o local onde o rio Capibaribe se mostraria mais significativo na paisagem.

O terceiro trecho, situado entre as ruas Riachuelo e Princesa Isabel, contemporâneo ao anterior, teve suas construções iniciadas em 1841. A primeira edificação foi um palacete oferecido a Francisco do Rego Barros, Conde da Boa Vista, como forma de reconhecimento pelos serviços em benefício do movimento comercial da província (CAVALCANTI, 2016). Após seu falecimento, o imóvel foi vendido ao governo, que instalou a sede do Senado do Estado (1909 a 1930) e depois a Secretaria de Segurança Pública. No prédio vizinho, foi instalada, entre as décadas de 1920 e 1970, uma das sedes da Prefeitura Municipal do Recife (FUNDARPE, 1983) que, na época, possuía departamentos distribuídos por mais de uma edificação da Rua da Aurora (figura 7).

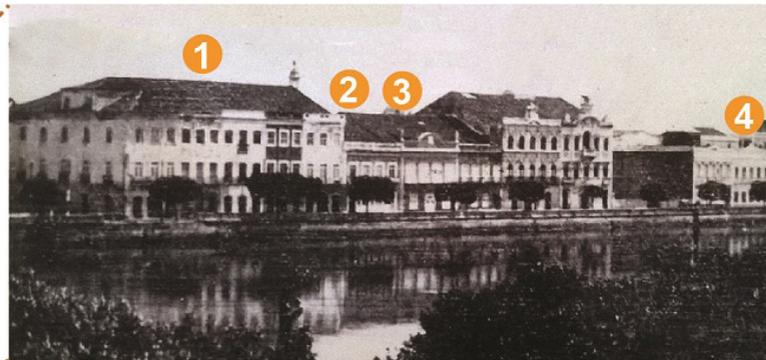
O próximo segmento estruturado encontra-se mais ao norte, nas imediações do bairro de Santo Amaro, o qual recebeu, em 1847, a Fundação d'Aurora (figura 8). A companhia transferiu sua sede para as proximidades da Rua do Lima, numa área alagada que foi aos poucos sendo aterrada (FUNDARPE, 1983).

O bairro de Santo Amaro tem sua ocupação vinculada às origens do Sítio das Salinas, no final do século XVII. Em 1681, após a expulsão holandesa, o major Luís do Rego Barros construiu sobre as ruínas do Forte das Salinas uma capela em homenagem ao Santo Amaro, vindo este a estabelecer-se como nome do bairro, que até meados do século XIX era conhecido como Cidade Nova (CAVALCANTI, 2016). Os aterros, assim, permitiram que a Rua da Aurora avançasse sobre os alagados do bairro da Boa Vista, traçando uma conexão crucial nessa frente d'água que se insere na história de consolidação desses dois importantes bairros do Recife.



- 1 Ponte da Boa Vista
- 2 Fundição D'Aurora
- 3 Igreja dos Ingleses

Figura 5 –Primeiro trecho da Rua da Aurora.  
Fonte: À esquerda, elaboração da autora sobre imagem Google Earth, 2019; à direita, Fundarpe, 1983.



- 1 Construções do Barão de Beberibe
- 2 Clube Internacional do Recife
- 3 Loja Maçônica
- 4 Delegacia de Costumes

Figura 6 –Segundo trecho da Rua da Aurora.  
Fonte: À esquerda, elaboração da autora sobre imagem Google Earth, 2019; à direita, Fundarpe, 1983.



- 1 Palacete do Conde da Boa Vista
- 2 Prédio do comerciante Manuel Alves Guerra (depois sede da Prefeitura)

Figura 7 – Terceiro trecho da Rua da Aurora.  
 Fonte: À esquerda, elaboração da autora sobre imagem Google Earth, 2019; à direita, Francisco Du Bocage, 1920, acervo digital Fundaj.



Figura 8 – A Fundição d'Aurora e o quarto trecho de aterro.  
 Fonte: À esquerda, elaboração da autora sobre imagem Google Earth, 2019; à direita, Manoel Tondella, 1905, acervo digital da Fundaj.

O trecho subsequente a se estabelecer teve início na esquina da Rua Princesa Isabel, em 1862, com a construção de três casas contíguas ao segmento previamente aterrado (figura 9). Devido à expansão do Recife, e contando com o fato de que a Rua da Aurora se tornou moradia da burguesia recifense, a existência de mais pontos de ligação entre as ilhas e essa área da cidade se tornou necessária. Isto levou à construção da ponte Santa Isabel, em 1863, fazendo a conexão entre a Rua da Aurora e o bairro de Santo Antônio.

Em continuidade às novas construções, destaca-se o Ginásio Pernambucano (figura 10), projetado pelo engenheiro José Mamede Ferreira, inaugurado em 1866, e considerado uma das instituições de ensino em funcionamento mais antigas do país (CAVALCANTI, 2016). Ressalta-se também a antiga Assembleia Provincial, atual sede da Assembleia Legislativa do Estado (ALEPE), inaugurada em 1875, que ocupa o quinto quarteirão da rua (FUNDARPE, 1983). Anos depois, no terreno vizinho ao Ginásio, foi instalada a Repartição do Saneamento, compondo a sexta quadra da Rua da Aurora (CAVALCANTI, 2016). As edificações dos demais segmentos foram complementando a extensão da Rua da Aurora aos poucos, sendo construídas em diferentes épocas. Nesse contexto, a finalização dos aterros se deu apenas na década de 1940.

Com o êxito dos aterros e sua localização estratégica, a Rua da Aurora chegou ao final do século XIX configurada por seis quadras e destacando-se, especialmente, pelos usos institucional e residencial, sendo este último direcionado para a elite burguesa, atraída a residir nas suntuosas edificações. Foi nesse contexto que se constituiu a silhueta primitiva da Rua da Aurora e como se consolidou essa paisagem no século XIX, a qual viria a ser palco de amplas modificações no século seguinte.

### 3.2. TEMPO 2: A FASE DAS MODERNIZAÇÕES

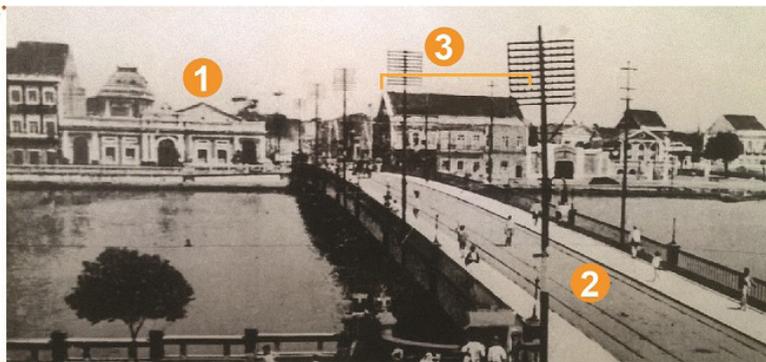
Entre 1940 e 1950, o centro do Recife passou por uma série de remodelações advindas de planos urbanísticos imbuídos na arquitetura e no urbanismo moderno. Para o bairro da Boa Vista, o objetivo era impulsionar o adensamento do tecido urbano para dar continuidade à expansão do centro da cidade. Nesse âmbito,

a Rua da Aurora, que tinha uma paisagem marcada pela horizontalidade dos sobrados e casarões do século XIX, começou a passar por mudanças:

Apesar de tão marcante na fisionomia recifense, a Rua da Aurora, do ponto de vista da preservação, teve a grande desventura de estar localizada no centro do Recife. Como tal, não escapou dos especuladores nem dos “progressistas” defensores das largas avenidas e dos grandes edifícios. De modo que, o que foi construído com tanto esforço ao longo do século XIX, chega ao século XX bastante descaracterizado com o alargamento da Av. Conde da Boa Vista, rua do Riachuelo e com inúmeras demolições (FUNDARPE, 1983).

Os redesenhos sobre o conjunto arquitetônico da Rua da Aurora tiveram início em 1944, com o alargamento da Rua Formosa para dar lugar à Av. Conde da Boa Vista – ação impulsionada pela instalação da ponte Duarte Coelho em 1943 (figura 11), que propiciou uma conexão direta com a Av. Guararapes, formando um importante eixo viário de conexão do centro com o subúrbio. Essa fachada fluvial da Boa Vista despontava como um local privilegiado, “uma face voltada para a reforma urbana de Santo Antônio e outra para a área residencial da segunda metade do século XIX. E assim, estruturava-se como um território de conexão entre o centro e as urbanizações periféricas” (REYNALDO, 2017, p. 313). As primeiras repercussões para a Rua da Aurora foram as demolições da igreja dos ingleses e das edificações erguidas pelo Barão de Beberibe (figura 12).

Em 1946, nas proximidades da igreja demolida, teve início a construção do Edifício Duarte Coelho, o primeiro com mais de dez pavimentos a se impor nessa margem. No mesmo ano, foi proposta pela Comissão do Plano da Cidade uma normativa que traçava diretrizes de alturas para novas construções em algumas ruas do centro da cidade – o Decreto nº 27, que modificou o número de pavimentos mínimos exigidos nas ruas consideradas de maior importância para o centro. Ao gerar um estímulo à verticalização, impactou significativamente a configuração tipológica dessas vias. Nesse cenário, a Rua da



- 1 Antiga Estação da Maxambomba de Olinda
- 2 Ponte Santa Isabel
- 3 Primeiras edificações do trecho 4
- 4 Teatro Santa Isabel

Figura 9 – Quinto trecho da Rua da Aurora.  
 Fonte: À esquerda, elaboração da autora sobre imagem Google Earth, 2019; à direita, Fundarpe, 1983.



- 1 Assembleia Provincial (atual ALEPE)
- 2 Ginásio Pernambucano

Figura 10 – Sexto trecho da Rua da Aurora.  
 Fonte: À esquerda, elaboração da autora sobre imagem Google Earth, 2019; à direita, Josebias Bandeira, acervo digital da Fundaj.



Figura 11 – Ponte Duarte Coelho em construção.  
Fonte: Benício Dias, 1943, acervo digital Fundaj

12



Figura 12 – Demolições na Rua da Aurora.  
Fonte: Benício Dias, 1945, acervo digital Fundaj.

Aurora, que tinha a exigência de três pavimentos mínimos, passou para oito e com altura máxima livre.

Ainda em 1946, discussões sobre o parcelamento e a construção existente ao longo da Rua da Aurora levaram à elaboração de um plano específico para as quadras entre as ruas da Imperatriz e Riachuelo. A proposta expressava uma imagem bastante homogênea, com quadras retangulares e edifícios seguindo uma tipologia de barras isoladas, sem qualquer conexão com o tecido preexistente ou a história do lugar (figura 13). Considerado sob o ponto de vista do progresso, a proposta de dez blocos isolados distribuídos uniformemente, com 14 pavimentos, resultava na demolição do casario, marco dessa paisagem.

A partir da década de 1950, houve a construção de mais edifícios como reverberação dessas medidas. Outras leis também foram sancionadas, como a Lei nº2.590 de 1953, que estabeleceu parâmetros de desenho que relacionavam o edifício e o lote por meio de fórmulas matemáticas (RECIFE, 1953). No entanto, as novas normativas não interferiram diretamente na Rua da Aurora, que continuou seguindo o modelo de ocupação previsto nos planos anteriores. Nessa década, foi construído o Edifício Capibaribe, o primeiro da cidade com 20 pavimentos e o primeiro a se estabelecer na margem do bairro de Santo Amaro, fora do perímetro do plano de quadra (figura 14).

O ápice dos novos edifícios ocorreu entre 1960 e 1970, com sete prédios construídos entre 1964 e 1975. Contudo, nos anos seguintes houve uma queda. Em 1982, no primeiro segmento da Rua da Aurora, foi construído o Edifício Ébano, no qual ainda é possível observar a influência do plano de quadra de 1946 (figura 15). O prédio se molda ao desenho urbano e à tipologia proposta para a esquina da Rua do Riachuelo, sendo a última construção de grande altura a consolidar o desenho da paisagem nesse trecho.

Nesse âmbito, as diretrizes do Decreto nº27 e do plano de quadra foram responsáveis por incentivar as primeiras mudanças na Rua da Aurora. Muitas edificações passaram a se inserir tanto na silhueta da rua como no entorno dessa paisagem, alterando a leitura do casario com uma nova relação de escala entre os sobrados e os no-

vos prédios. Houve uma perda da paisagem oitocentista da Rua da Aurora e uma nova paisagem se consolidou no imaginário urbano, com raízes na arquitetura moderna, que pretendia representar o progresso do Recife. A desaceleração das demolições e das novas construções coincidiu com o período em que medidas de salvaguarda passaram a atuar sobre a Rua da Aurora.

### 3.3. TEMPO 3: O PERÍODO PRESERVACIONISTA

No Brasil, a partir da década de 1970, teve início uma política de patrimônio baseada no turismo e na descentralização da ação federal para órgãos estaduais e municipais (MOTTA; THOMPSON, 2010). Assim, houve a formação de iniciativas de preservação organizadas fora da tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em cidades como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, que estabeleceram novos mecanismos e práticas para a proteção dos seus patrimônios (SANT'ANNA, 2017).

A prefeitura do Recife, com influência do âmbito nacional e com base no contexto das discussões internacionais das Normas de Quito<sup>1</sup>(O.E.A, 1967), foi pioneira no desenvolvimento do Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) em 1978, e do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife (PPSH/Recife) em 1979, por meio da Lei nº13.957/1979 (RECIFE, 1979). Este plano estabeleceu Zonas de Preservação (ZP) para áreas históricas, subdividindo-as em Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR), que visavam salvaguardar as principais características (ocupação, gabarito e forma), e as Zonas de Preservação Ambiental (ZPA), com o objetivo de propiciar áreas de transição entre as ZPR e seu entorno.

O PPSH-Recife inseriu a Rua da Aurora nos limites do bairro da Boa Vista, classificado na categoria de Conjuntos Antigos<sup>2</sup>, sendo

1 As Normas de Quito tratam sobre o desenvolvimento acelerado e suas consequências. Propõe "Para os efeitos de legislação de proteção, o espaço urbano que ocupa os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental deve limitar-se da seguinte forma: a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante" (O.E.A, 1967, p. 12-13).

2 De acordo com o PPSH-Recife, a categoria de Conjuntos Antigos contempla "complexos

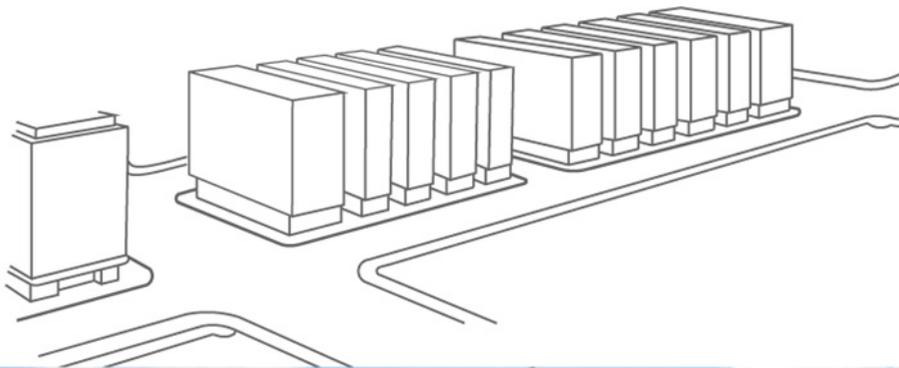


Figura 13 – Redesenho proposto para a Rua da Aurora em comparação com o mesmo trecho atualmente.  
Fonte: A autora.

14



Figura 14 – Construção do Edifício Capibaribe na década de 1950.  
Fonte: Acervo Digital Fundaj.



Figura 15 – Alguns dos prédios construídos até a década de 1980 na Rua da Aurora.  
Fonte: A autora.

indicadas as primeiras áreas de proteção. Os polígonos instituídos não possuíam uma contiguidade entre si e a salvaguarda foi direcionada para as áreas onde havia maior presença de construções do século XIX.

Após mais de 40 anos, os perímetros estabelecidos permanecem os mesmos. As ZP tiveram apenas alterações em sua nomenclatura e, desde a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 (Lei nº16.176/1996), são denominadas como Zonas Especiais do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), juntamente com os Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e de Preservação Ambiental (SPA) (RECIFE, 1979).

A segunda ação de salvaguarda na Rua da Aurora adveio com o decreto estadual nº 10.714 de 1985, que sancionou o tombamento do segmento entre as ruas da Imperatriz e João Lyra, denominado Conjunto Urbano da Aurora. Tinha-se o intuito de conservar a silhueta primitiva, caracterizada pelo casario, impedindo que mais exemplares do século XIX fossem substituídos por construções consideradas dissonantes da paisagem e esperava-se que a preservação

urbanos notáveis, formados com edificações típicas, seja por conter exemplares de excepcional arquitetura, seja por constituir núcleo de expressivo significado histórico” (RECIFE, 1979, p. 13).

desse conjunto possibilitasse a continuidade da Rua da Aurora na memória recifense (FUNDARPE, 1983).

O polígono de proteção estabelecido se subdivide em seis trechos, onde há o tombamento de determinadas edificações consideradas de maior destaque e importância. Essas constituiriam um excepcional documento histórico do Recife, referências do desenvolvimento da margem esquerda do rio Capibaribe. No entanto, apesar desse valor isolado, a proposta justificava a preservação da rua como conjunto, visando sua conservação a partir do estabelecimento de diretrizes para gabaritos e outras normas para os espaços vazios. Com o tombamento, a Rua da Aurora ganhou uma segunda camada de proteção (figura 16), tendo em vista que as prerrogativas municipais do PPSH permaneceram em vigor.

Apesar da intenção do tombamento destacar a preservação da Rua da Aurora como conjunto, as medidas dispostas tiveram como foco as edificações do século XIX. Não há diretrizes relativas às quadras adjacentes ou para o entorno dessa paisagem. Assim como o PPSH, o tombamento se direciona para um mesmo trecho da Rua da Aurora, levando ao questionamento sobre a exclusão das demais áreas de sua margem. A resposta se revela ao observar a distinta

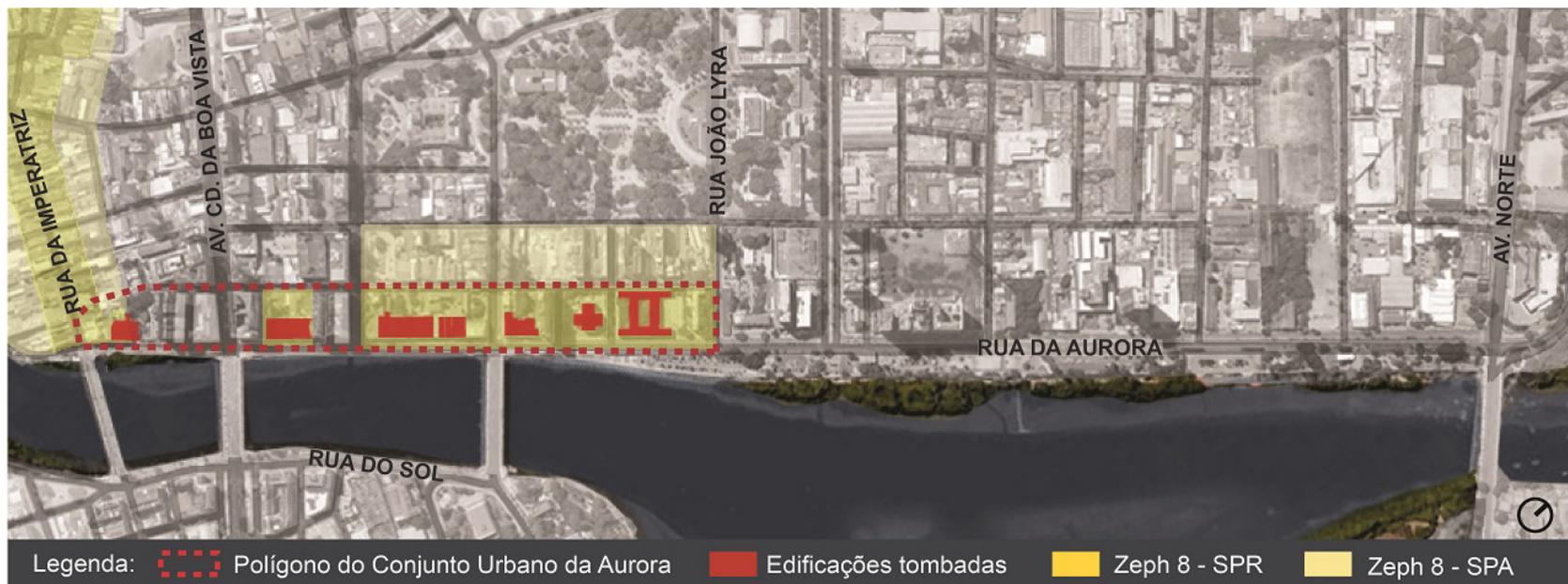


Figura 16 – Sobreposição das legislações de salvaguarda na Rua da Aurora.  
Fonte: A autora.

16

dinâmica que se desenvolveu no bairro de Santo Amaro.

Até meados dos anos 1920, o referido bairro, juntamente ao bairro de São José, concentrava grande número de indústrias. Em Santo Amaro, a instalação industrial se justificava pela proximidade com o centro da cidade (SANTANA, 2019). Diante disso, o segmento mais ao norte da Rua da Aurora se caracterizou pela presença de grandes galpões e poucas residências. Foi nessa margem que a Fundação D’Aurora foi instalada no século XIX, podendo ser indicada como um marco que sinalizou o caráter industrial que o local assumiria no futuro. Contudo, com o passar dos anos e o crescimento do Recife, houve um deslocamento das indústrias para áreas limítrofes da cidade.

No momento em que as iniciativas de preservação foram implementadas, o trecho da Rua da Aurora mais próximo à ponte do Limoeiro se configurava pela presença dos edifícios modernos localizados nas imediações da Av. Mário Melo, por algumas construções remanescentes do século XIX e por uma larga presença de galpões industriais (figura 17), que se distanciavam do recorte homogêneo dos poéticos e nostálgicos casarões e sobrados.

Diante disso, as iniciativas de salvaguarda restringiram a Rua da Aurora ao casario. Essa restrição, desconsiderando a sua continuidade como unidade, fragmenta a apreensão, levando a uma visibilidade parcial que privilegia a vista do cartão-postal – um olhar para a Boa Vista onde o casario é enquadrado, enquanto a margem do bairro de Santo Amaro não é devidamente reconhecida como paisagem da Rua da Aurora. Teria sido necessário que as normativas de preservação ao menos tivessem pontuado diretrizes para toda a margem, buscando adequadas transições entre novas construções e o que é protegido, a fim de ter-se evitado a atual dinâmica, que será observada em sequência.

### 3.4. TEMPO 4: A ÉPOCA DOS ARRANHA-CÉUS

A implementação das legislações de valorização do patrimônio histórico propiciou um maior controle sobre as modificações da Rua da Aurora. Entretanto, ao terem levado à consolidação de um segmento, fez com que as quadras entre a Rua João Lyra e a ponte do Limoeiro ficassem sem diretrizes de desenvolvimento compatíveis



Figura 17 - Vista aérea da margem de Santo Amaro a partir do Bairro do Recife em 1985. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

com a identidade dessa frente d'água. Houve um congelamento dessa área por um longo período, até uma redescoberta na última década. Atualmente, emerge um novo momento de significativas alterações. Nesse cenário, uma crescente verticalização insere um novo perfil de condomínios destinados à classe média e alta, dissonantes em escala, tipologia e gabarito do entorno (figura 18).

Até 2008, essa área seguia o zoneamento instituído pela Lei de Uso e Ocupação do Solo. Nesse ano, meses antes da aprovação do novo Plano Diretor, a Lei municipal nº17.489/2008 promoveu alterações nos parâmetros da Zona Especial Centro Principal (ZECP) (RECIFE, 2008a). Com isso, a margem do bairro de Santo Amaro passou a receber tanto o Setor de Preservação da Morfologia (SPM), que constitui uma área de morfologia peculiar e consolidada em relação a seu entorno, como o Setor de Requalificação de Centro 1 (SRC), conformado por áreas de requalificação e renovação urbana com incentivo à instalação de novos usos (RECIFE, 2008).

O setor de requalificação estabeleceu um aumento no coeficiente construtivo preexistente, que passou de 4,0 para 5,5, sem limite de

gabarito estipulado, com o intuito de impulsionar um resgate da dinâmica local, alterando as áreas dos antigos galpões industriais que se encontravam abandonados, e criando vazios de baixa dinâmica (SANTANA, 2019). Já o SPM (figura 19) passou a ser o único com intenção de conservação nesse trecho da Rua da Aurora, englobando um segmento que possui algumas edificações remanescentes do século XIX que resistem em meio à verticalização e à descaracterização da área.

A aprovação do Plano Diretor pela Lei nº17.511/2008 (RECIFE, 2008b) validou os parâmetros estabelecidos pela lei anterior, que guiaram as construções recentes. Nesse mesmo período, teve início um crescimento do interesse do mercado imobiliário no centro do Recife, o que levou a uma valorização das frentes d'água, especialmente as que abrigavam antigos armazéns e galpões. A aprovação do Projeto Novo Recife no Cais José Estelita, no bairro de São José, marcou essa intenção (BERNADINO, 2018).

Assim, poder público e empresas privadas começaram a enxergar novas possibilidades de investimentos nessas áreas, levando a uma redescoberta da área central, principalmente no bairro de



Figura 18 – Vista aérea da margem norte da Rua da Aurora.  
Fonte: Berg Alves, 2019, acervo pessoal Andresa Santana.

18

Santo Amaro (SANTANA, 2019). Isso gerou uma nova dinâmica para o lugar e, conseqüentemente, para sua paisagem. Com isso, no início de 2010, houve o lançamento de novos empreendimentos, após cerca de quatro décadas. O Edifício Cais da Aurora, na margem norte da Rua da Aurora, em Santo Amaro, foi o primeiro projeto realizado.

Bernardino (2018) enfatiza que este empreendimento foi executado sem que houvesse uma pesquisa de mercado, de modo que sua localização foi determinada por um *feeling* de mercado potencializado pelos incentivos gerados pela prefeitura, especialmente o aumento do coeficiente construtivo, que foi um fator crucial, tendo em vista que em outras localidades da cidade o setor imobiliário estava habituado a um coeficiente máximo de 3,0.

A área denominada de Quadrilátero de Santo Amaro foi a que mais sofreu o impacto do novo redesenho. De acordo com a Lei nº17.942/2013, o Quadrilátero é delimitado a leste pela Rua da Aurora, ao sul pela Av. Mário Melo, a oeste pela Av. Cruz Cabugá e ao norte pela Av. Norte (figura 20). Assim, as últimas quadras

da Rua da Aurora foram as mais afetadas pela inserção das novas construções.

Foram concebidos quatro prédios entre 2008 e 2019, e há mais dois projetos aprovados que ainda não tiveram suas obras iniciadas: os condomínios Aurora II e III. Estes edifícios configuram uma forte marca no desenho dessa paisagem. Com alturas próximas ou superiores a 40 pavimentos, caracterizam verdadeiros arranha-céus, ultrapassando de maneira destoante os prédios modernos construídos até a década de 1980, onde o mais alto – Edifício Iemanjá – possui 25 pavimentos (figura 21). Atualmente, dois terrenos da última quadra, nos limites com a ponte do Limoeiro, encontram-se em Orientação Prévia para Empreendimentos de Impacto (OPEI), o que demonstra a existência de intenções de novos projetos para o local. Considerando o caráter das recentes construções e o incentivo à especulação imobiliária que vem, aparentemente, obtendo êxito, há chances de mais torres residenciais de alto padrão integrarem essa paisagem num futuro próximo.



Figura 19 – Zoneamento estabelecido pela Lei nº17.489/2008.  
 Fonte: Mapa produzido sobre imagem do Google Earth, 2019, pela autora.



Figura 20 – Delimitação do Quadrilátero e demais quadras da Rua da Aurora.  
 Fonte: Mapa produzido sobre imagem do Google Earth, 2019, pela autora.



Figura 21 – Edifícios na Rua da Aurora. Em laranja, simulação dos condomínios aprovados. Fonte: Berg Alves, 2019, acervo pessoal Andresa Santana, modificado pela autora.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a Rua da Aurora a partir da PUH permitiu traçar uma visão de unidade de paisagem, além de evidenciar que os primeiros passos para gerir uma paisagem consistem na compreensão de suas camadas históricas. Assume-se, assim, a apreensão da paisagem como palimpsesto. Conforme apontado por Besse (2014), o recurso à paisagem leva à compreensão de que o território não é uma página em branco. Com isso, a identidade de uma paisagem vai se constituir a partir da sobreposição de tempos, conformando um lugar de memórias, marcado por distintas gerações. Sendo necessário respeitar a materialidade e as tradições presentes nessas memórias, como destacado por Huyssen (2003).

Assim, compreendendo as relações da paisagem (tanto as pretéritas como as atuais), e reconhecendo sua inerente dinamicidade,

tem-se os alicerces necessários para estruturar diretrizes voltadas para um desenvolvimento congruente com a textura histórica, que respeite os valores do lugar. Diante desse contexto, que pode ser elucidado por meio da Paisagem Urbana Histórica, tem-se uma importante abordagem a ser explorada no campo das políticas de preservação de paisagem. Como enfatizado por Bandarin e Oers (2014), a PUH é um instrumento capaz de integrar práticas e políticas de conservação, definindo princípios que visam garantir o respeito às tradições de cada lugar.

Ao interpretar o palimpsesto da Rua da Aurora com o olhar para o campo legislativo, foi possível compreender o papel que as legislações urbanísticas e preservacionistas desempenharam, conservando ou impulsionando modificações em seu desenho, tendo em vista que elas expressam os interesses sobre o planejamento da cidade característicos de cada época.

Os tempos 2 e 4 foram significativos momentos de mudança. O Tempo 2 foi marcado pelas primeiras alterações sobre a paisagem que se consolidou no século XIX. As normativas desse momento responderam à intenção de trazer uma imagem de progresso e modernização que iria refletir em todo o Recife – devido à importância dessa frente d’água para a cidade – por meio do novo desenho proposto, caracterizado pela inserção dos primeiros edifícios verticais. Já o Tempo 4 refletiu o interesse em modificar parte da margem de Santo Amaro, considerada de baixa dinamização, em função da presença de antigos galpões subutilizados. Assim, o município, por meio da Lei nº17.459 de 2008, propiciou um aumento do coeficiente construtivo da área, a fim de potencializar a atração do setor imobiliário – que se instalou e vem redesenhando as quadras ao norte da Rua da Aurora, inserindo os arranha-céus que rompem com a identidade do lugar.

As legislações preservacionistas, por sua vez, com a delimitação das áreas de Zeph e o tombamento do Conjunto Urbano da Aurora, foram cruciais para o controle das demolições e a permanência de construções do século XIX. No entanto, essas medidas se restringiram à margem que sempre possuiu maior destaque, devido à presença do casario, que se fixou na identidade recifense. Dessa forma, não há uma linguagem de paisagem que propicie uma leitura completa da Rua da Aurora e auxilie a delimitação de zonas de entorno adequadas. Essa lacuna permanece, pois não houve uma atualização dos preceitos de salvaguarda. Mantém-se, desse modo, uma leitura fragmentada, bem como a falta de um planejamento urbano aliado às iniciativas de preservação. Apesar da heterogeneidade presente em sua extensão, a Rua da Aurora se sobressai como uma unidade que deve ser vista em sua completude.

Em seu *continuum* de tempos históricos, a paisagem da Rua da Aurora reflete a história do próprio Recife. Seu Tempo 4 segue em desenvolvimento, não sendo ainda possível apontar como será o futuro Tempo 5. Considerando que as legislações constituem um instrumento para o desenho de paisagens, e compreendendo que novas edificações configuram mais uma camada do palimpsesto histórico, é preciso questionar os valores que os futuros redese-

nhos e construções pretendem transmitir às próximas gerações nessa paisagem repleta de memórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDARIN, Francesco; OERS, Ron Van. **El paisaje urbano histórico: La Gestión del Patrimonio en un Siglo Urbano**. Madrid: Abada Editores, 2014.
- BERNARDINO, Iana Ludemir. **Mercado imobiliário residencial em áreas centrais tradicionais: produção de novas espacialidades e obsolescência imobiliária na definição de submercados residenciais**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- BERQUE, Augustin. Paisagem, Meio e História. In: BARTALINI, Vladimir. Cinco propostas para uma teoria da paisagem. São Paulo: FAUUSP, 2013.p. 31-42.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e suas ruas: se essas ruas fossem minhas**. 4. ed. Recife: Poço Cultural, 2015.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. 8. ed. Recife: Poço Cultural, 2016.
- DE SOUZA, Arthur. **Folha de Pernambuco**, Recife, 23 ago. 2019. Blog da Folha. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/recife-tera-ato-em-defesa-da-amazonia-na-rua-da-aurora/11938/>. Acesso em: 2 set. 2021.
- FRAGOSO, Danillo. **Velhas ruas do Recife. Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 dez. 1967. VI Caderno do Nordeste.
- FUNDARPE. **Proposta de Tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora**. Processo de tombamento n. 3522/83. Inscrito no Tombamento no Conselho Estadual de Cultura, n.9, Livros de Tombo III, f. 02. Recife, 1983.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HUYSSSEN, Andreas. **Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Redwood City: Stanford University Press, 2003.
- O.E.A. **Normas de Quito**. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico. Quito: Organização dos Estados Americanos, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lucia. **Entorno de Bens Tombados**. Série Pesquisa e Documentação do Iphan. Rio de Janeiro: Iphan, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc4\\_EntornoBensTombados\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc4_EntornoBensTombados_m.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.
- RECIFE. Lei Municipal nº2.590, de 24 de novembro de 1953. Dispõe sobre normas para construção de edifícios nas zonas comerciais e residenciais. **Diário Oficial do Município de Recife**, Recife, 24 nov. 1953.
- RECIFE. Lei Municipal nº13.957, de 26 de setembro de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do Recife. **Diário Oficial do Município de Recife**, Recife, 26 set. 1979.

RECIFE. Lei Municipal nº 16.176, de 13 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. **Diário Oficial do Município de Recife**, Recife, n. 40, p. 2, 13 abr. 1996.

RECIFE. Lei Municipal nº 17.489, de 27 de junho de 2008. Modifica os limites e os parâmetros reguladores do uso e da ocupação do solo na Zona Especial de Centro Principal- ZECP, alterando a Lei n.16.176, de 9 de abril de 1996. **Diário Oficial do Município de Recife**, Recife, n. 94, 27 jun. 2008a.

RECIFE. Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Revisão do Plano Diretor do Município do Recife. **Diário Oficial do Município de Recife**, Recife, n. 148, 29 dez. 2008b.

ROCHA, Leduar de Assis. **Do forte dos Matos à Rua da Aurora**. Subsídios para a história do "Palácio Joaquim Nabuco". Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1967.

REYNALDO, Amélia. **As Catedrais Continuam Brancas**. Recife: Cepe, 2017.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa. Paisagem Urbana Histórica. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Ceci, 2012. p. 292-301.

SANTANA, Andresa Bezerra de. **Dos mocambos aos arranha-céus**: o processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: Edufba, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523218713>

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, Milena Torres de Melo. **A integridade visual da Rua da Aurora no Recife**: uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

UNESCO. **Internacional World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity**. Agra: Unesco, 2013. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-992-12.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris: Unesco, 2011. Disponível em: [https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao\\_sobre\\_a\\_paisagem\\_historica\\_urbana\\_unesco\\_2011.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf). Acesso em: 3 set. 2021.

UNESCO. **The HUL Guidebook**: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments: A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape. Paris: Unesco, 2016. Disponível em:

<http://www.historicurbanlandscape.com/index.php?classid=5355&id=170&t=show>. Acesso em: 3 set. 2021.

UNESCO. **Viena Memorandum on World Heritage and Contemporary Architecture**: Managing the Historic Urban Landscape. Paris: Unesco, 2005. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/documents/5965>. Acesso em: 3 set. 2021.

VERAS, Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem Postal**: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife Urbano. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Frans Post e a paisagem da Nova Holanda**. Recife: UFPE, 2019.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela bolsa de doutorado concedida à autora Milena Torres de Melo Silva e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de Produtividade em Pesquisa à autora Ana Rita Sá Carneiro.

Milena Torres de Melo Silva  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Laboratório da Paisagem. Avenida da Arquitetura, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil, CEP 50740-550.  
CV: <http://lattes.cnpq.br/7003782273859771>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2681-2758>  
[mi.torresms@gmail.com](mailto:mi.torresms@gmail.com)

Ana Rita Sá Carneiro  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório da Paisagem. Avenida da Arquitetura, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil, CEP 50740-550.  
CV: <http://lattes.cnpq.br/9554652433700829>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2750-5354>  
[anaritacarneiro@hotmail.com](mailto:anaritacarneiro@hotmail.com)

Nota do Editor  
Revisão do texto: Tikinet  
Submetido em: 08/10/2021  
Aprovado em: 10/01/2022